

INTRODUÇÃO

PARTE I – Noções Gerais

Capítulo 1 – Estado, finanças públicas e atividade financeira

- 1.1. Introdução à atividade financeira
- 1.2. Evolução do Estado, das finanças públicas e da atividade financeira
- 1.3. Conceito de atividade financeira
- 1.4. Natureza e funções da atividade financeira
- 1.5. Ciência das Finanças
- 1.6. Direito Financeiro como ordenamento jurídico e como ciência
- 1.7. Autonomia do Direito Financeiro e sua relação com outras disciplinas
- 1.8. Direito Financeiro e Direito Tributário
- 1.9. Poder financeiro do Estado
- 1.10. Federalismo Fiscal Brasileiro
- 1.11. Cidadania Fiscal
- 1.12. Educação Fiscal

Capítulo 2 – Constituição financeira e sistemas tributário e orçamentário

- 2.1. Noções gerais sobre a Constituição Financeira
- 2.2. Direito Constitucional Financeiro
- 2.3. Competência normativa financeira na Constituição
- 2.4. Hipóteses de intervenção financeira na Constituição
- 2.5. Fiscalização financeira na Constituição
- 2.6. Constituição tributária e orçamentária
- 2.7. Constituições financeiras estaduais e Leis Orgânicas Municipais

Capítulo 3 – Fontes do Direito Financeiro

- 3.1. Fontes materiais e formais
- 3.2. Normas gerais em matéria financeira
- 3.3. Normas específicas em matéria financeira
- 3.4. Controle de constitucionalidade e de legalidade das normas financeiras

PARTE II – Receita Pública, Crédito Público e Despesa Pública

Capítulo 4 – Receita pública

- 4.1. Entradas e receitas públicas
- 4.2. Espécies de receitas públicas
- 4.3. Receitas públicas ordinárias e extraordinárias

- 4.4. Receitas públicas fiscais e extrafiscais
- 4.5. Receitas públicas originárias e derivadas
- 4.6. Receitas públicas orçamentárias e extraorçamentárias
- 4.7. Receitas públicas efetivas e não efetivas
- 4.8. Receitas públicas por transferências intergovernamentais
- 4.9. Receitas públicas tributárias transferidas
- 4.10. Receitas dos preços públicos
- 4.11. Receitas públicas na Lei nº 4.320/1964
- 4.12. Estágios da receita pública
- 4.13. Instituição, cobrança e renúncia das receitas públicas
- 4.14. Fundos especiais e receitas públicas
- 4.15. Receita pública e dívida ativa
- 4.16. Outras classificações das receitas públicas
- 4.17. Desvinculação das Receitas da União (DRU), dos Estados e Distrito Federal (DRE) e dos Municípios (DRM)

Capítulo 5 – Receitas tributárias e direitos fundamentais

- 5.1. Direitos humanos fundamentais e tributação
- 5.2. Justiça Tributária
- 5.3. O dever fundamental de pagar tributos
- 5.4. Sistema Tributário Nacional
- 5.5. Impostos
- 5.6. Taxas
- 5.7. Empréstimos compulsórios
- 5.8. Contribuições

Capítulo 6 – Crédito público

- 6.1. Conceito de crédito público
- 6.2. Evolução histórica e econômica do crédito público
- 6.3. Crédito público como instrumento de intervenção
- 6.4. Crédito público como fonte de receitas públicas
- 6.5. Efeitos econômicos do crédito público
- 6.6. Classificação do crédito público
- 6.7. Crédito público na legislação brasileira
- 6.8. Títulos de crédito públicos
- 6.9. Dívida pública

Capítulo 7 – Despesa pública

- 7.1. Conceito de despesa pública
- 7.2. Características das despesas públicas
- 7.3. Efeitos na economia das despesas públicas

- 7.4. Natureza da determinação das despesas públicas
- 7.5. Classificação das despesas públicas
- 7.6. Despesas públicas constitucionalmente previstas
- 7.7. A judicialização das despesas públicas
- 7.8. O procedimento para a realização das despesas públicas
- 7.9. Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000)
- 7.10. Pagamento de despesas públicas de origem judicial: o Precatório
- 7.11. Corrupção com efeito de despesa pública
- 7.12. O novo regime fiscal do teto dos gastos públicos

PARTE III – Contabilidade Pública e Direito Financeiro

Capítulo 8 – Contabilidade pública

- 8.1. Conceito, objeto e finalidade da contabilidade pública
- 8.2. Distinções entre a contabilidade pública e a contabilidade empresarial
- 8.3. Normas da contabilidade pública
- 8.4. Usuários da contabilidade pública
- 8.5. Sistema contábil e estrutura da contabilidade pública
- 8.6. Principais conceitos contábeis da contabilidade pública
- 8.7. Registros contábeis na contabilidade pública
- 8.8. Plano de contas na contabilidade pública

PARTE IV – Orçamento Público

Capítulo 9 – Noções gerais do orçamento público

- 9.1. História do orçamento público
- 9.2. Orçamento público no Brasil após a Constituição Federal de 1988
- 9.3. Conceito de orçamento público
- 9.4. Aspectos do orçamento público
- 9.5. Espécies de orçamento público
- 9.6. Natureza jurídica do orçamento público
- 9.7. Orçamento público no direito comparado
- 9.8. O Pacto Orçamental Europeu
- 9.9. Recomendações de boas práticas orçamentais da OCDE

Capítulo 10 – Elaboração e execução do orçamento público

- 10.1. Princípios orçamentários
- 10.2. As leis orçamentárias
- 10.3. Processo legislativo das leis orçamentárias
- 10.4. Créditos orçamentários
- 10.5. Orçamento participativo
- 10.6. Orçamento impositivo e autorizativo
- 10.7. Ciclo orçamentário

Capítulo 11 – Controle do orçamento público

- 11.1. Acompanhamento, fiscalização e controle do orçamento público
- 11.2. Princípios da atividade de controle
- 11.3. Aspectos e modalidades de fiscalização do orçamento público
- 11.4. Espécies de controle do orçamento público
- 11.5. Tribunal de Contas e Conselho de Contas

PARTE V – Responsabilidade Fiscal

Capítulo 12 – Desenvolvimento da Responsabilidade Fiscal no Brasil

- 12.1. A Lei de Responsabilidade Fiscal: Lei Complementar nº 101/2000
- 12.2. Influências externas na elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal
- 12.3. Influências internas na elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal
- 12.4. Implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal
- 12.5. A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei nº 4.320/1964

Capítulo 13 – Lei de Responsabilidade Fiscal

- 13.1. Objetivos e características da Lei de Responsabilidade Fiscal
- 13.2. Destinatários da Lei de Responsabilidade Fiscal
- 13.3. Cidadania e transparência
- 13.4. Equilíbrio fiscal
- 13.5. Planejamento Orçamentário
- 13.6. Execução Orçamentária
- 13.7. Das receitas e despesas em geral
- 13.8. Das renúncias de receitas e os incentivos fiscais
- 13.9. Das despesas de pessoal
- 13.10. Das despesas com a seguridade social
- 13.11. Transferências voluntárias e destinação de recursos para o setor privado
- 13.12. Dívida pública, endividamento e operações de crédito
- 13.13. Regime de recuperação fiscal

Capítulo 14 – Sanções de responsabilidade fiscal

- 14.1. Sanções institucionais na Lei de Responsabilidade Fiscal
- 14.2. Sanções pessoais de natureza política, administrativa ou penal
- 14.3. Crimes contra as Finanças Públicas
- 14.4. Dos crimes de responsabilidade
- 14.5. Dos atos de improbidade administrativa
- 14.6. Das infrações administrativas

BIBLIOGRAFIA